

Afinal, o que foi que o General fez?

Alexandra Barahona de Brito

Entre 1973 e 1990, perto de três mil pessoas foram assassinadas, executadas, toturadas até à morte ou feitas desaparecer no Chile de Augusto Pinochet. Milhares abandonaram o país. Não existem dúvidas sobre as responsabilidades do general. Resta saber se será condenado, pelo menos simbolicamente, em tribunal.

Em Fevereiro foi anunciada a prisão domiciliária do general Augusto Pinochet no Chile, após ter sido acusado de responsabilidade pelo assassinio de 56 pessoas e o rapto de outras 19 em 1973, quando a chamada 'Caravana da Morte', um contingente militar, viajou pelo país, imediatamente após o golpe de Setembro, com o objectivo de "eliminar" opositores esquerdistas do novo regime ditatorial.

Embora todos saibam que Pinochet é responsável por violações dos direitos humanos, o concentrar dos olhares sobre o seu possível julgamento tem tido o efeito de pôr de parte uma questão central: afinal, o que foi que ele fez? Quando a facção golpista do exército chileno, liderada por Pinochet, tomou as rédeas do poder através dum violento golpe, cujo primeiro alvo foram os oficiais e generais constitucionalistas que se opunham a este projecto, anunciou-se que se tomava poder "com o compromisso patriótico de restaurar a 'chilenidade', a justiça e as instituições destruídas pela intromissão de uma ideologia dogmática e excludora, inspirada pelos princípios estrangeiros do marxismo-leninismo". Foi com outra ideologia "estrangeira", "excludora" e "dogmática" que os militares responderam à percepção de ameaça revolucionária: a chamada doutrina da segurança nacional. Foi com ela, juntamente com uma repetidamente anunciada fidelidade a princípios cristãos e democráticos, que se justificou o que se seguiu.

Estima-se, conservadoramente, que entre 1973 e 1990 terão sido assassinadas, executadas, mortas por tortura e feitas desaparecer 2,801 pessoas. (A contagem total oficial, de acordo com a Comissão de Verdade e Reconciliação de 1990, é de algo mais de 3,000 pessoas, embora os números reais sejam bastante mais altos). O pior período repressivo ocorreu entre 1973 e 1976, altura da consolidação do poder da facção militar liderada por Pinochet. Todo o gabinete do presidente deposto, Allende, foi detido num campo de concentração. Houve numerosos massacres nas províncias. Foram detidos milhares de pessoas em estádios, centros de detenção clandestinos, instalações militares e campos de concentração: até Dezembro de 1973, nos primeiros três meses do regime, estima-se que tenham sido detidas 18,000 pessoas, e que até Dezembro de 1975 tenham sido detidas entre 40,000 a 50,000. Destes, milhares desapareceram sem deixar rasto, o seu destino verdadeiro negado pelo regime. Milhares fugiram do país, criando uma dos mais notáveis diásporas políticas dos nossos tempos (calcula-se que a ditadura tenha produzido 200,000 exilados, quase 2% da população chilena, que se espalharam por 140 países, a maior parte deles europeus).

Nos primeiros meses após o golpe, a repressão foi pública, mas a partir de Fevereiro de 1974 os serviços secretos deixaram de anunciar publicamente as mortes e começaram a negar o seu envolvimento nos desaparecimentos. O uso de centros de detenção clandestinos aumentou. Embora estivessem envolvidos os serviços secretos de todos os ramos das FFAA, estima-se que a maior parte dos

desaparecimentos foi efectuada pela DINA, a polícia secreta criada em Junho de 1974, que respondia apenas ao general Pinochet, e que estava encarregue de eliminar a oposição ao regime, não só da esquerda mas também de dentro da própria instituição castrense. Foi a DINA que coordenou a chamada Operação Condor, assegurando a cooperação entre os vários serviços secretos do Cone Sul para capturar e matar opositores dos regimes ditatoriais da região. Foram notórios os casos, ambos organizados pela DINA nos anos 70, do assassinio do ex-embaixador de Allende, Orlando Letelier, por uma bomba colocada no seu carro em Washington, o primeiro acto de terrorismo internacional cometido em território americano, bem como o assassinio do general constitucionalista chileno, Carlos Prats, em Buenos Aires.

Devido à intensa pressão da Administração Carter, do "aparelho" de direitos humanos das Nações Unidas, bem como de alguns governos europeus, e dada a crescente visibilidade internacional das violações do regime, Pinochet ordenou a dissolução da DINA em 1977 e criou no seu lugar a Central Nacional de Informações (CNI). Embora em menor grau, a CNI continuou o trabalho clandestino da DINA. Foi em 1979 que, cercado pela cada vez maior pressão internacional, o regime anunciou a sua "institucionalização" (pretensa legalização), através da aprovação de uma nova constituição em 1980 (o plebiscito realizou-se em condições de grande medo social e pressão política), e através de uma lei de amnistia em 1978 que englobava todos os crimes do regime entre 1973 e a data da sua entrada em vigor (1979). Com isto, o regime pretendeu ultrapassar as críticas de ilegalidade no poder, proteger os seus de futuros julgamentos, e reverter a sua péssima imagem em termos de direitos humanos.

Durante os anos 80 a repressão continuou, mas tornou-se muito mais selectiva. Os anos dos primeiros protestos massivos contra o regime, entre 1980 e 1983, foram novamente períodos de grande repressão, com o uso dos tribunais militares para julgar civis, o uso de campos de concentração, as detenções em massa após rusgas, expulsões do país, bem como o uso selectivo dos assassinios e desaparecimentos. Em 1986-1988 a repressão diminuiu e começaram a voltar os primeiros exiliados. Entre o plebiscito de 1988 e a inauguração do novo regime, em Março de 1990, a repressão diminuiu radicalmente devido ao processo de liberalização. O último desaparecido foi Oscar Négme, dirigente do grupo armado MIR, em 1988.

Quem foi responsável por tudo isto? O tribunal de apelações chileno resolveu confirmar a acusação contra o general Pinochet, mas mudou a acusação de "autoria" ou responsabilidade intelectual pelas vítimas causadas pela Caravana da Morte para "cúmplice". Esta decisão nega a responsabilidade real do ex-ditador pela repressão exercida no Chile ao longo do seu governo. Hoje, faltando notoriamente à honra de soldado de que tanto se gabou, Pinochet nega ter dado ordens para matar todas estas pessoas. A sua postura no passado foi diferente. Talvez a frase mais famosa do general Pinochet seja a seguinte: "Neste país não se mexe nem uma folha sem que eu o saiba". Foram muitas as ocasiões nas quais se gabou de haver "limpo o país de marxistas". Já se sabe que, hierarquicamente falando, os crimes são da responsabilidade de Pinochet, havendo ele sido comandante das forças armadas, chefe máximo da DINA, e tendo os crimes sido cometidos (com provas documentadas) pelos serviços secretos e menos secretos dos vários ramos dessas forças. Esta responsabilidade já foi recentemente confirmada por vários ex-servidores do antigo ditador, entre eles o chefe da DINA, General Manuel Contreras, que afirma nunca ter empreendido acção alguma sem a aprovação do seu chefe.

Sabendo-se que Pinochet é o responsável último pela violência do regime ditatorial, podemos contar com a sua efectiva condenação? Passaram vários anos depois da

transição para a democracia, em 1990, antes que fosse possível sequer pensar em apresentar uma queixa crime contra o antigo ditador. O general Pinochet detinha um poder quase mítico, que foi abalado apenas com a sua inesperada detenção em Londres em Outubro de 1998.

Os militares, fortalecidos perante o poder político civil através de leis constitucionais herdadas do regime, mantinham-se fiéis ao seu antigo chefe. Além disso, Pinochet assumira o cargo de senador vitalício (por prévia auto-nomeação), o que garantia a sua presença na cena política chilena.

Por outro lado, a procura da justiça através dos tribunais nem sempre havia sido marcado pelo êxito. Apesar dos esforços quase heróicos de alguns magistrados para tentar fazer justiça pelas violações dos direitos humanos da ditadura, o Tribunal Supremo havia continuado a aplicar a lei de amnistia, levando ao encerramento da maior parte dos casos apresentados aos tribunais.

A detenção do general em Londres, e o seu regresso ao Chile por razões humanitárias, focaram as atenções sobre a justiça chilena. O que os observadores viram foi que as coisas haviam mudado bastante desde aqueles primeiros anos do pós-transição; a substituição de vários membros do Supremo, muitos deles nomeados por Pinochet antes de sair do poder, havia mudado a "cara" do tribunal e, com ela, as suas tendências jurisprudenciais. Eram cada vez mais os casos nos quais o Supremo decidia que a lei de amnistia, embora não permitindo o castigo, não servia de desculpa para não proceder a investigações com o objectivo de tentar encontrar os corpos dos desaparecidos. Ao mesmo tempo, eram cada vez mais os casos que culminavam com condenações e a prisão de oficiais e generais por responsabilidade em crimes posteriores ao efeito da lei de amnistia, isto é, posteriores a 1979.

A detenção de Pinochet em Londres veio desmoronar o edifício do seu poder mítico. Já não era o "tata" do Chile que voltava para Santiago em Maio de 2000, mas sim um velho derrotado moral e politicamente. Foi em 1998, pouco antes da detenção do general em Londres, que foi apresentada a primeira queixa crime contra o antigo ditador, pela dirigente do Partido Comunista Chileno (PCCh), Gladys Marín. Seguiram-se outras, até ao ponto de, imediatamente antes da sua prisão domiciliária, haver já mais de 200 queixas contra ele. Pela sua idade (85 anos) a lei chilena não permite o cumprimento de uma pena de prisão. Sabemos, então, que não será preso pelo que fez ou deixou de fazer; resta saber se será condenado, nem que seja apenas simbolicamente, em tribunal. Será o árduo trabalho de um juiz procurar provas físicas e concretas da responsabilidade directa de Pinochet pelos crimes acima descritos. Foi ele, afinal, quem fez ou mandou fazer o necessário para o desaparecimento de milhares de pessoas.